

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**EUCILENE DA SILVA SANTANA
RAIMUNDA MORAIS DE LEÃO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE NA FORMAÇÃO E DESAFIOS
PROFISSIONAIS**

**MAZAGÃO - AP
2019**

**EUCILENE SILVA SANTANA
RAIMUNDA MORAIS DE LEÃO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE NA FORMAÇÃO E DESAFIOS
PROFISSIONAIS**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus* Mazagão, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado.

Orientadora:

Profa. Esp. Santana Miranda Melo

Coorientador:

Prof. Esp. Diorlando dos Santos Braga

MAZAGÃO – AP

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

Santana, Eucilene da Silva

Educação inclusiva: uma análise na formação e desafios profissionais. /
Eucilene da Silva Santana, Raimunda Morais de Leão; Orientadora, Santana
Miranda Melo; Coorientador, Diorlando dos Santos Braga. – Mazagão, 2019.
49 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação Universidade
Federal do Amapá – Campus Mazagão, Coordenação do Curso de Educação
no Campo - Ciências Agrárias e Biologia.

1. Educação inclusiva. 2. Qualidade educacional. 3. Formação docente. I.
Leão, Raimunda Morais de. II. Melo, Santana Miranda, orientadora. III.
Braga, Diorlando dos Santos, coorientador. IV. Fundação Universidade
Federal do Amapá – Campus Mazagão. V. Título.

370.71 S232e

CDD: 22. ed.

EUCILENE DA SILVA SANTANA
RAIMUNDA MORAIS DE LEÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE NA FORMAÇÃO E DESAFIOS
PROFISSIONAIS

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus* Mazagão, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado.

Aprovada em 10 de Agosto de 2019

Darlene S.S. Macedo

Profa. /Esp./ Darlene do Socorro
Sanches Macedo.

E. E. Manoel Queiroz Benjamim
(Examinadora)

Marlo dos Reis

Prof. /Esp./Me. Marlo dos Reis.
Universidade Federal do Amapá

(Examinadora)

Santana de J. M. Melo

Profa. Esp. Santana Miranda Melo
(Orientadora)

Universidade Federal do Amapá

MAZAGÃO - AP
2019

Dedicamos a Deus, a nossos pais e nossos filhos, que sempre torceram pela realização de nossos sonhos e pelo apoio deles, durante a caminhada acadêmica.

Dedicamos

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a DEUS cujo seu nome é (Jeová) por sempre está conosco, nos momentos difíceis sempre nos renovou quando estávamos fracas.

Nossos filhos por serem nossa fonte de inspiração, nossa família, amigos, vizinhos, irmãos e pastores que sempre oraram por nós.

Aos docentes da graduação, colegas acadêmicos que sempre nos ajudaram em especial minha orientadora, Esp. **Santana Miranda Melo**, Coorientador, Esp. **Diorlando dos Santos Braga**. Colegas; **Adrilane Santos, Aldemira Costa, Elizete Calazans e Jackson Gaya**.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Paulo Freire

RESUMO

A educação inclusiva constitui uma modalidade educacional fundamentada na inclusão de pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência a ter acesso à educação no ensino regular, que todos possuam os mesmos direitos sem fazer diferença de valores, ou de qualquer outro tipo de características dos alunos, dessa forma construir relação e ideia de ação que promova inclusão dentro e fora da escola. O presente trabalho teve como objetivo analisar a formação e os desafios enfrentados por profissionais da Educação Inclusiva da Escola Estadual Manoel Queiroz Benjamim no município de Mazagão, Estado do Amapá. Os sujeitos foram sete professores, quatro profissionais da equipe técnica pedagógica, diretora e a secretária da escola. A metodologia usada foi uma abordagem qualitativa. O recurso utilizado foi aplicação de questionário contendo perguntas. Os dados foram categorizados e analisados através da sintetização das respostas e leitura detalhada de todo o material transcrito para identificação de categorias de análise, conforme Bardin (2011). Os docentes da escola não possuem qualificação adequada para trabalhar com pessoas com necessidades especiais, assim como a escola não possuem material didático necessário para cada tipo de necessidade especial.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Qualidade educacional. Formação docente.

ABSTRACT

Inclusive education is an educational modality based on the inclusion of people with any type of disability to have access to education in mainstream education, who all have the same rights without making any difference in values, or any other type of student characteristics, thus build relationship and idea of action that promotes inclusion inside and outside the school. The present work aimed to analyze the formation and challenges faced by professionals of Inclusive Education of Manoel Queiroz Benjamim State School in Mazagão, Amapá State. The subjects were seven teachers, four professionals from the pedagogical technical team, the principal and the school secretary. The methodology used was a qualitative approach. The resource used was a questionnaire containing questions. Data were categorized and analyzed by synthesizing the responses and detailed reading of all transcribed material to identify analysis categories, according to Bardin (2011). School teachers are not adequately qualified to work with people with special needs, just as the school does not have the necessary teaching materials for each type of special need.

Keywords: Inclusive education. Educational quality. Teacher training.

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 GERAL	11
2.2 ESPECÍFICOS.....	11
3 REVISÃO DE LITERATURA	12
3.1 HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	12
3.1.1 IDADE PRIMITIVA	12
3.1.2 IDADE ANTIGA	12
3.1.3 IDADE MÉDIA	13
3.1.4 IDADE CONTEMPORÂNEA	14
3.2 CONCEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	15
3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS APORTES LEGAIS BRASILEIROS	16
3.4 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	19
3.5 CONTEMPORANEIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PAPEL DA ESCOLA EM CONTEXTO DE DIVERSIDADE	21
3.6 FORMAÇÃO DOCENTE PARA UM ENSINO INCLUSIVO	22
3.7 FAMÍLIA E ESCOLA	25
3.8 ESPAÇOS FÍSICOS	28
4 METODOLOGIA	31
4.1 LOCAL DA PESQUISA	31
4.2 PARTICIPANTES	31
4.3 ASPECTO DA PESQUISA.....	32
4.4 INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS	32
4.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	33
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
6 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	46

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos no Brasil ocorreu um grande impacto e discussão frente às políticas educacionais para crianças e adolescentes com necessidades especiais, movimento pela inclusão de todos no sistema educacional brasileiro, uma maioria que historicamente são excluídos do sistema educacional (MENDES; ALMEIDA; TAYODA, 2011). “A educação inclusiva atualmente tem tido grande ênfase diante de um processo amplo de participação de toda a comunidade escolar” (CARVALHO, 2017).

A educação inclusiva foi se expandindo pelos países como oportunidade de acesso à educação e a quebra do paradigma de que um portador de deficiência é incapaz de desenvolver seu aprendizado (CAMARGO, 2017), diante de todas as lutas pela igualdade os deficientes ainda sofrem preconceito. “Tem-se o ensino como a base da democracia e a ponte extremamente fundamental para a superação das desigualdades sociais” (CARVALHO, 2017).

Inicialmente a educação para as portadoras de necessidades especiais eram concedidas em centros específicos, que recebiam somente crianças e jovens com determinada “deficiência” eram atendidas como forma terapêuticas, e assistencialismo, daí então surge um ponta pé inicial para a escolarização, uma melhor preparação para uma vida educacional e social para todos (MEDEIROS, 2015).

Perante a lei, todos tem direito a educação no ensino regular, das crianças, a adultos e pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), onde todos possam usufruir da modalidade de ensino inclusivo que possibilita o processo educativo que dá direto a escolarização em caráter normal nas instituições de ensinos (BARRETTA; CANAN, 2012).

O direito à educação inclusiva no ensino regular no Brasil é recente, direito este que foi conquistado através de diversas lutas, discussões e debates, e assim regulamentado por diversas leis e decretos, assim como diz: o art. 54, III do estatuto da criança e do adolescente que “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência de preferência seja oferecido pela rede regular de ensino”. Será que a educação especial tem sido ofertada de forma adequada nas instituições de ensino regulares? A educação tem tido relevantes avanços, através de grandes

lutas e práticas inclusivas que envolva todos os participantes da instituição, de forma que todos aprendam uns com os outros e no mesmo ambiente escolar (MENDES, 2006).

Somente no século XX que a educação inclusiva teve uma melhor aceitação de pessoas com deficiências, por vários tempos foram mantidas fora do convívio social e educacional por serem consideradas pessoas anormais, em tempos passados as pessoas com algum tipo de deficiência só estudavam em centros educacionais específicos para determinada “deficiência” mesmo com os avanços ainda existe discriminação. Com toda a importância que a educação possui na vida do homem e sendo amparadas por lei, várias pessoas não possuem as mesmas oportunidades de acesso a mesma (CARVALHO, 2017).

A implantação do ensino inclusivo ocorreu por determinações legais, porém sua efetivação ocorre gradativamente, pelo fato que a inclusão necessita de parâmetros que mantenha os alunos inclusos na escola, é necessário que a escola receba suportes das partes competentes para a quebra das barreiras, entre os principais impasses existentes no ensino inclusivo, tem sido a falta de apoio governamental, falta de qualificação de profissionais da educação. Além disso, outro fator que dificulta muito o desenvolvimento educacional inclusivo é o espaço físico da escola, que precisa oferecer boas condições e adaptações para suprir a necessidade do aluno para que permaneça na escola.

Nesse contexto, o presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: Breve histórico ocorrido na educação inclusiva humana e os primeiros a receberem a educação; Conceito da educação inclusiva, um novo paradigma; Evidências acerca dos Aspectos histórico da educação inclusiva em diversas fases época e culturas diferentes, assim como também acerca do Extermínio das pessoas portadoras de necessidades especiais e como ocorreu em cada época e lugar. Seguindo com a discussão teórica é aborda também sobre os aspectos legais da educação inclusiva no Brasil e as primeiras instituições: Declaração de Salamanca ação em para uma educação para todos; O papel da escola inclusiva no contexto de diversidade; Formação docente para o ensino inclusivo; família e escola na educação especial; Espaços físicos da escola e sua importância para permanência dos alunos, assim como os resultados e discussão da pesquisa.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar a formação e os desafios enfrentados por profissionais da Educação Inclusiva da Escola Estadual Manoel Queiroz Benjamim no município de Mazagão, Estado do Amapá.

2.2 ESPECÍFICOS

- a) Identificar a formação dos docentes para o atendimento a crianças com necessidades especiais;
- b) Relatar como os professores avaliam as condições físicas e estruturais do ambiente escolar para o aluno portador de necessidades especiais;
- c) Mensurar se há metodologia específica utilizada para esta educação;
- d) Dizer se há materiais didáticos adequados para cada tipo de necessidades especial.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A historicidade da inclusão evidencia que esta atravessou diferentes fases em diversas épocas e culturas.

3.1.1 IDADE PRIMITIVA

Nas sociedades primitivas os povos eram nômades, sobreviviam da coleta do que existiam na natureza, por esses motivos os deficientes não eram aceitos pelas suas famílias, por ser uma grande barreira dificultando os mesmos irem à busca de seu alimento para sua subsistência (CAPELLINI; RODRIGUES, 2012).

E pelo fato dos povos sobreviverem da caça e da pesca, estavam sujeitos às intempéries e aos animais selvagens e isto dificultava a aceitação de pessoas que fugiam dos princípios e da rotina da tribo, eram vistas como, incapazes de irem em busca de sua sobrevivência, até mesmo pelos perigos e agressividade da vida, sendo dependentes, tornavam difícil a vida de todos. Por este motivo, era abandonado em ambientes agrestes e perigosos, o que inevitavelmente contribuía para sua morte (CAPELLINI; RODRIGUES, 2012).

3.1.2 IDADE ANTIGA

Época em que se preservavam muito a estrutura física, ou seja, a beleza das pessoas era considerada essencial para uma classe social, a deficiência física sensorial e mental em Esparta e Atenas eram consideradas subumanas por esse motivo lançavam-nas do alto das rochas e Atenas eram abandonadas em praças públicas ou nos campos, prática que segundo Aristóteles e Platão denominavam como coerente para manter o equilíbrio demográfico da região, principalmente no que desrespeitava economicamente (CAPELLINI; RODRIGUES, 2012).

Desta maneira:

Na Antiguidade, a pessoa com deficiência não era considerada, tampouco vista como ser humano. Com o advento da Idade Média, a deficiência passou a ser compreendida a partir do sobrenatural, mantendo-se restrita ao estudo metafísico, “[...] sendo a pessoa considerada ora demoníaca, ora possuída pelo demônio, ora expiador de culpas alheias, ou um aplacador da cólera divina a receber, em lugar da aldeia, a vingança celeste, como um para-raios” (PESSOTTI, 1994, BRASIL, 2001).

3.1.3 IDADE MÉDIA

Período em que se manifesta o cristianismo se acreditava que as pessoas possuíam uma alma que denominado por DEUS, “filhos de Deus”. A pessoa com deficiência intelectual passa a ser acolhida em conventos ou igrejas, ou, quando a deficiência não era acentuada, sobrevivia na família. Mas ainda era comum, à prática do abandono e inanição (CAPELLINI; RODRIGUES, 2012)

Mesmo com todo apoio da igreja e conventos em acolher pessoas com deficiência intelectual, muitas ainda foram sacrificadas pela dominância da Santa Inquisição foi um movimento Católico, que estabelecia a missão de paralisar o desenvolvimento de qualquer outar ideia que não fosse à deles, ou, que ameaçasse as crenças ou doutrinas católicas. (CAPELLINI; RODRIGUES, 2012).

Durante a Inquisição, foi criado o “*Malleus Maleficarum*” (1482), manual capaz de “diagnosticar” bruxas e feiticeiros. Considerava sinais de malformação física ou mental como ligação com o demônio, o que levou muitas das pessoas com estas deficiências à fogueira da inquisição (CAPELLINI; RODRIGUES, 2012).

No final da Idade Média e no início da Idade Moderna, a inquisição sacrificou centenas de milhares de pessoas entre loucos, adivinhos, deficientes mentais ou considerados endemoniados. A visão supersticiosa sobre o deficiente é a marca desse período (VASCONCELOS, 2010).

Parte dos sobreviventes da Santa inquisição foram acolhidos pelas igrejas e conventos e viviam sobre a troca de pequenos favores, até que surge a primeira instituição. Segundo Isaias Pessotti (1984) traz outras informações sobre a evolução histórica da Educação Especial (EE). De acordo com o autor, a primeira instituição para abrigar deficientes mentais de que se tem notícia surgiu na Bélgica, no século XIII, e tratava-se de uma colônia agrícola.

O Cristianismo trouxe consigo novos valores éticos às pessoas, a via e estabelecendo certa tolerância, conduta caritativa e, até mesmo, cuidadosa para

com o deficiente, em nome do amor ao próximo pode ser dita mais humana (PESSOTTI, 1984).

3.1.4 IDADE CONTEMPORÂNEA

Neste período as deficiências se multiplicaram e suas causas seria uma única patologia, ou seja, acreditavam que as deficiências possuíam somente uma causa, mas em graus diferentes, pensamentos causados pela falta de conhecimento científico (CAPELLINI; RODRIGUES, 2012).

Segundo o mesmo autor, no ano de 1775, surge Johann Heinrich Pestalozzi, o grande defensor da educação pública, defendeu que a educação teria que ser absolutamente direito de toda criança, sendo novidade naquela época principalmente para as classes populares. Para ele, a escola deveria ser como um lar, essa seria a melhor instituição de educação, que iria forma adequada para a formação moral, para o defensor da educação Pestalozzi, qualquer homem tinha autonomia para poder desenvolver uma atividade.

Nesse sentido, a Inclusão passou a ser vista como direito de todas as pessoas, com necessidades especiais ou não, e devem ser inseridas em classes comuns, os ambientes físicos e os procedimentos educativos devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

No contexto educacional brasileiro, foram criadas duas instituições voltadas aos atendimentos de pessoas com deficiência, a Pestalozzi e as APAES, que trabalhavam com programas de reabilitação e educação especial (VIGNON; SALIBA 2015, p.214).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – (APAE) e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Mec. (2008)

A partir de então a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, (ONU, 20/11/1989) produziu vários documentos internacionais, nortearam o

desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros. O Brasil, membro da ONU e signatário desses documentos, reconhece seus conteúdos e os respeita na elaboração das políticas públicas nacionais. Dentre os documentos produzidos destacamos: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Mundial Sobre Educação para Todos e “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”; Declaração de Salamanca; Convenção da Guatemala e a Declaração de Montreal.

A educação inclusiva é considerada um novo paradigma, segundo Uzêda; Galvão (2013) paradigma diz respeito a um conjunto de ideias, valores e ações que contextualizam pensamentos e as relações sociais, [...] algo que serve como modelo ou exemplo geral”, mudanças alcançadas através das lutas políticas, sociais e educacionais ocorridos mundialmente, um processo amplo e com participação de toda comunidade interessada devido à demanda da sociedade. O paradigma está unido à segregação ou integração, até chegar à educação inclusiva conforme o tempo, e o tipo de atenção que foi oferecida a portadores de necessidades especiais diferenciadas.

3.2 CONCEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é entendida como um processo que inclui portadores de necessidades especiais ou pessoas que possui distúrbios de aprendizagem nas redes de ensino regulares, em qualquer nível de educação, incluir é atender estudantes portadores de necessidades nas escolas comuns e em classes normais ampliando a participação de todos no mesmo ambiente educacional MRECH (1998).

Considerando a diversidade como princípio fundamental da Educação Inclusiva compreende que está “deve propagar a educação escolar como direito indispensável Incondicional de todos os alunos” Mantoan et al. (2010).

Nesta linha de pensamento Fonseca-Janes, Brito e Janes (2012) concebem que a educação inclusiva é mais que retirar obstáculos que impedem todos os alunos a frequentarem a escola regular, é um estado de mudança, um processo de reestruturação educacional, preparar e dar suporte técnico para professores tanto na área organizacional, quanto no âmbito pedagógico.

Como aponta Mittler (2003)

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsáveis às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão.

Para SÁNCHEZ (2005), a inclusão nas escolas deve atender a comunidade educativa devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de possuir ou não deficiência). Para se obter uma educação inclusiva de qualidade, as práticas pedagógicas dentro de sala de aula e no âmbito escolar precisam ser eficazes, trabalhando o processo coletivo e individual através da especificidade de cada educando.

Domiciano et al. (2011), afirmam que a educação inclusiva é vista como uma proposta que promove práticas pedagógicas que visa contemplar a individualização dos alunos e suas limitações quanto ao processo de aprendizagem. É uma proposta de ensino democrático, onde todos têm oportunidades iguais em um sistema educacional comum.

Segundo Glat (2007) a escola inclusiva não deve ser vista como uma educação à parte, mas como metodologias que a escola irá dispor na aprendizagem ao aluno (a) de acordo com as suas limitações e para que o ensino escolar caminhe bem e tenha bons resultados, é necessário que as escolas se apropriem de recursos didáticos para que haja a possibilidade de atender às necessidades dos mesmos.

3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS APORTES LEGAIS BRASILEIROS

Conforme Brandão; Brandãoi (2016), as autoras afirmam que os aportes legais é que dão garantia de educação para todos, e que os alunos devem ser respeitados como sujeito de direito iguais independente de suas condições culturais, biológica etc. jamais pode se negado os avanços com relação à criança com deficiência na escola.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente seja oferecida dentro do sistema geral de ensino regular. O Art.

88 afirma que este atendimento seja enquadrado no sistema geral da educação a fim de integra-los na comunidade Lei (BRASIL, 1961).

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDB de 1961, ao definir “tratamento especial” para os estudantes com “deficiências físicas, mentais e intelectuais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, e a não promoção e organização de um sistema de ensino capaz de atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e acaba reforçando o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais (VIANA, 2015).

Com o passar dos anos o processo de inclusão vai se universalizando e se aprimorando cada vez mais, e o conhecimento científico se desenvolve e novas descobertas e novas habilidades no ensino vão se evoluindo, e neste sentido o processo de ensino para todos nas redes de ensino regulares vai acontecendo, e esta colocação é afirmada pela lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 52 reforça I. Devem existir escolas públicas de qualidade para todas as crianças (ECA, 2015).

As políticas de inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares não consistem apenas na permanência física dos alunos com os demais estudantes em uma sala de aula, requer novas concepções, em a escola precisa assumir sua função de educar e se adaptar para oportunizar aos alunos um ambiente favorável, e não o aluno que precisa se adaptar ao ambiente escolar (FRIAS, 2008).

A Constituição Federal 1988 decreto nº 186/2008, traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). No art. 205 da mesma constituição, define: “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania, a qualificação para mercado de trabalho”, e a participação da família.

A ECA, Lei nº 8.069/90, no art. 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e Brasil (1994) passam

a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. (ECA 2015, p.56)

No art. 206 inciso 1º estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2016).

O artigo 208, III da nossa carta Magna afirma que é dever do estado a efetivação e garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades na rede regular de ensino. Não mais fora das escolas em locais específicos para determinadas deficiências e em locais especializados ou até mesmo em escolas particulares, e a educação inclusiva veio para incluir os excluídos das redes de ensinos regulares da mesma forma que já havia em outros países. (BRASIL, 2018).

Assim como nos demais países a educação inclusiva no Brasil deve seguir um modelo que garanta educação de qualidade para todos e com todos os suportes que o aluno precisa para desenvolver suas habilidades como condiz a lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos e liberdades que os demais humanos, e é fundamental que as demais pessoas, tenham consciência disso. A exclusão ocorre quando as pessoas impedem ou desativam o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades por meio da discriminação por causa da deficiência ou diferença de pensamento (MEC, 2008).

O mesmo Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma nova significação da educação especial, compreendida como forma de eliminação

das barreiras que impedem o acesso à escola e a quebra da discriminação MEC (2008).

O Decreto Federal nº 5.296/2004 que estabeleceu no território nacional novas normas gerais e critérios básicos na promoção de acessibilidade para atendimento às pessoas, inseridas no contexto da Educação Inclusiva, com deficiência ou com mobilidade reduzida (Silva, 2012).

Para Teixeira e Nunes (2010, p. 26) a dificuldade que as pessoas ainda têm na atualidade de superar a visão padronizada de homem, está relacionada e “[...] calcada no fato de serem concebidas as diferenças em uma perspectiva quantitativa [...] a escola tem reproduzido uma visão determinista de sociedade, classificando seus alunos inteligentes e menos inteligentes [...]” e assim, consagrando-se a discriminação e o preconceito.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2007, da qual o Brasil é assinante, estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para que:

“As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário sob a alegação de deficiência. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem” (ONU, 1948, artigo 24,28-29).

3.4 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

A princípio a declaração de Salamanca na educação especial foi promover educação para (todos), [...], “é um direito adquirido dos cidadãos, sejam crianças ou adultos”. Sem se importar quem quer quem seja sujeito e nem as condições que vive, o importante é que tem direito de acessar os estudos sendo de qualquer idade, é necessário que haja pedagogia centralizada na criança de que todas precisam aprender juntas, com a participação dos pais, da comunidade, e de toda comunidade escolar, contemplando a flexibilidade, estratégias mais adaptáveis para poder promover educação para todos (CARVALHO, 2017).

A declaração de Salamanca menciona que nenhuma criança independente do sexo ou de alguma deficiência em idade escolar deve deixar de frequentar a escola regular, sendo delas o direito de acessar as escolas comuns e sendo de responsabilidade da escola propor pedagogia que possam atender as necessidades (SALAMANCA, 1994).

Em 1994, a Declaração de Salamanca enuncia que as escolas regulares possuem orientação inclusiva constituem os meios de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

Para Mantoan et al. (2010), essa inovação ou valorização na educação inclusiva, não só faz novo tratamento na Educação Especial, como provocou nas escolas comuns, novas formas de acolhimento como na sua concepção organização das práticas pedagógicas. Segundo Mendes (2010), o momento atual necessita de diretrizes políticas que impliquem:

- a) Numa ampliação de acesso à escola para indivíduos com necessidades educativas especiais, seja qual for essa escola, tendo em vista a necessidade de se universalizar o acesso;
- b) maior responsabilidade do poder público na prestação direta de serviços educacionais;
- c) criação de outras modalidades alternativas de atendimento para além das classes e escolas especiais (p.32).

O que se tem vivenciado na educação é que, ultimamente, muito aluno das escolas publica foram colocados para estudar em escolas especiais, muito deles sem um diagnóstico definido. Uma prática desfavorável que levou muitos alunos com defasagem na aprendizagem a serem chamados de deficiente o que pode trazer consequências graves em sua formação social, pedagógica e psicológica. A discriminação do aluno reconhecido pela incapacidade que lhe é atribuído pela escola gera a desigualdade entre os alunos, fazendo surgir preconceitos, como aquele aluno que se apresenta diferente dos demais ou indesejado na sala de aula. (GOFFMAN, 1988).

3.5 CONTEMPORANEIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PAPEL DA ESCOLA EM CONTEXTO DE DIVERSIDADE.

A escola tem um papel fundamenta na inclusão, ela que irá acolher todos os alunos em idade escolar, eles têm capacidade de aprender, só precisam de oportunidades. A sociedade contemporânea é formada por diversos tipos de pessoas de diferentes raças, cores, etnias e culturas que se entrelaçam, os homens contemporâneos são vistos como iguais, mas ao mesmo tempo diferentes por questões sociais, econômicas, pelos avanços tecnológicos e pôr está em fase de transição de paradigma. (TOLEDO; COSTA, 2015).

Para Fonseca-Janes, Brito e Janes, 2012, p. 53:

[...] uma escola inclusiva quebra o velho paradigma e constrói um novo paradigma que priorizem uma escola para todos, que garanta a igualdade de oportunidade, independente das características individuais, indo ao encontro da diversidade existente em um país multicultural como o Brasil, mostrando uma nova forma de ver o papel da escola [...]

Dessa forma o papel da escola inclusiva é atender todos, tanto a gestão quantos os demais envolvidos no processo de inclusão precisam ser ágios através de “ações voltadas a tender as especificidades de cada aluno, tenha ele algum déficit ou não, sendo flexível para que a meta e a qualidade da educação sejam atingidas”. “A gestão deve ser participativa e envolver toda a comunidade escolar” (VIGNON; SALIBA, 2015).

Castilho (2009) afirma que a educação é um direito de todos os humanos, sendo universais, indivisíveis, com asseguaração da educação a todas as pessoas onde, deverão ser implantados em conjunto os direitos humanos, a partir daí que se fundi o papel importante da prática na educação.

Marques e Marcondes (2018, p. 16, 17) relatam que “a escola passa a receber alunos de diferentes grupos étnicos, com padrões de renda diferenciados e valores diversos da população que até então constituía o alunado esperado pela escola”, os mesmos ainda dizem que as escolas atendem, [...] “pessoas de todas as idades vindas de áreas rurais ou da periferia, com características diferenciadas biologicamente, compreendida como alunos com necessidades educacionais especiais”.

No entanto, o grande desafio da escola é construir meios para exterminação da discriminação e reconhecer a riqueza representada pela diversidade dos educandos, a escola é o espaço para se construir a cidadania e o desenvolvimento humano. A partir do século XIX até boa parte do século XX as escolas eram diferenciadas, mediante as leis foram criadas escolas para todos, porém existe um número muito pequeno de pessoas portadoras de necessidades especiais nas escolas de ensino regulares, principalmente no ensino fundamental. (CASTILHO, 2009).

Conforme, coordenação geral SEESP/MEC, 2004.

As unidades Escolares de ensino regular devem oferecer vagas e matricular todos os alunos que apresentam certas deficiências especiais, organizando-se para o atendimento com equidade aos educandos com necessidades educacionais especiais e assegurar condições e aprendizagem. A resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 especifica que; Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (p.1).

3.6 FORMAÇÃO DOCENTE PARA UM ENSINO INCLUSIVO

A formação docente para o ensino inclusivo é a preparação dos profissionais para atendimentos especializados das pessoas portadoras de necessidades especiais, e para as demais diversidades de educandos, transformando as instituições de ensino em escolas que eduquem e valorizem os saberes e os costumes do sujeito (BRASIL, 1996).

Essa formação ocorre de forma inicial e se prolonga durante toda a vida profissional do educador, preparando-os para novos desafios na educação, promovendo uma postura crítica e reflexiva proporcionando a estes profissionais condições de atuarem com responsabilidade sobre a diversidade humana, que requer uma nova forma de ensinar, que possua práticas educativas de qualidade. [...] “não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar”, MARTINS (2012, p.33).

As políticas públicas e as práticas pedagógicas educacionais especiais, juntamente com a formação inicial e continuada, são fundamentais para que estes educandos possuam conhecimento específico geral para execução da docência. As formações e as capacitações irão preparar os profissionais para o atendimento

especializado aprofundado, com caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns dos ensinos regulares, e também nas salas de atendimento educacional especializado salas de recursos, nos centros de acessibilidade das instituições de ensinos (SANT'ANA, 2005).

Em uma das ações políticas desenvolvidas nas escolas inclusivas para atendimento e estruturação educacional especializado presentes no Plano de Ações Articuladas o (PAR), desenvolvido no segundo mandato de Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), houve uma focalização nas ações desencadeadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem se considerado um marco fundamental para definição e condução das políticas educacionais no país pelo ministério como plano de articulação de ações e programas capacitando todos os níveis e as modalidades de ensino público, “visando construir uma prática governamental integrada e articulada, sustentada por uma visão sistêmica e de longo prazo da educação”. SILVA (2018).

O mesmo autor menciona que:

Em 2007, como desdobramento do Decreto nº 6.094/2007, inseriram-se de forma direta e incisiva para o centro das políticas para educação básica, quatro ações que se tornaram centrais aos atos do governo federal, em sua articulação com os governos municipais, estaduais e do Distrito Federal:

- a. O estabelecimento de diretrizes a serem assumidas e trabalhadas por todos aqueles que aderissem ao Plano de Metas;
- b. A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se tornou o indicador para a avaliação da qualidade da educação básica principal referência para os processos de proposição, controle acompanhamento das metas educacionais definidas;
- c. O intento de promover a adesão ao Plano de Metas, de natureza voluntária, por parte dos entes da federação, e que essa adesão fosse fruto de uma formulação e apresentação ao MEC do respectivo Plano de Ações Articuladas (PAR);
- d. O apoio da União foi estruturado e organizado em torno de quatro eixos de ação: gestão educacional; formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar; recursos pedagógicos; infraestrutura física (p.29).

As escolas são os pontos iniciais para os saberes. A boa escola é aquela que oferece aos alunos meios de ensino de boa qualidade e bem elaboradas e construídos trabalho em equipe, usando recursos disponíveis por meio de projetos e roteiros e organização (BRASIL, 1996).

No entanto, os professores são responsáveis pelo aprendizado dos alunos, eles devem criar novas técnicas de ensinos usando a criatividade, o diálogo e cooperando com os saberes dos indivíduos, ou seja, sempre havendo trocas de

conhecimentos. Para uma melhor educação é necessário que os professores estejam capacitados para melhorar ou adaptar os novos conhecimentos nós já existente (SILVA e COSTA, 2012).

Neste contexto, de acordo com Martins (2012) “(...) o professor precisa estar preparado para a atuação com a diversidade do alunado no cotidiano da escola, e todos os profissionais que ali atuam”, pois eles irão atuar com pessoas de todas as idades e com necessidades especiais diferenciadas, de forma que não seja superada somente o efeito da retenção e evasão, mas que assegurem a esses alunos o conhecimento e o desenvolvimento que permita- os a enfrentar os desafios do período contemporâneo que, “tem sido um dos maiores desafios para os países na atualidade” (DUBOC, 2005, p.120).

Pelo fato de haver muitas mudanças sociais, a sociedade faz uso da tecnologia, que avança velozmente, muitas escolas não conseguem acompanhar esta evolução por estarem despreparados para receber a nova geração tecnológica. Atualmente a o ensino tem se voltada para uma sociedade mais ativa, porém, o sistema governamental ainda não supre essa necessidade nas escolas (MOREIRA; KRAMER 2007).

A docência já foi considerada uma das melhores profissões perante a sociedade, carregada de prestígios, atualmente, têm ocorrido diversas mudanças, tais como; sociais, políticas e econômicas e nos últimos anos essas mudanças tem alterado significativamente o sistema educacional e o perfil do professor. Muitos passam por diversas desvalorizações profissionais por falta de recursos e apoio das partes compete em valorizar estes profissionais (FÁCÍON, 2008).

O papel do professor vai muito além da transmissão de informações, o professor e a chave do processor pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. O processo de inclusão necessita de professores preparados para atender todos os alunos, estando sempre se atualizando em novas formações e pesquisas, para aperfeiçoarem suas práticas e fazerem uso de meios metodológicos inovadores de ensino (FACÍÓN, 2008).

Neste processo inovador ocorre interação entre aluno e o docente, é preciso que o professor tenha competência para desenvolver os conteúdos e tomar as decisões adequadas a cada aluno, pois os conhecimentos são representações da

realidade, construídas e armazenadas ao saber das experiências e formação dos indivíduos.

Conforme, Fonseca-Janes; Brito; Janes, 2012. p. 17.

Para se atingir a meta de implementar uma educação inclusiva, são necessários gestores e docentes comprometidos, moralmente e efetivamente, com essa proposta de reforma educacional, com a reestruturação e com a renovação de suas unidades de ensino. Cabe também, a esta unidade, a formação continuada do seu corpo docente em metodologias de ensino nas quais se privilegiem uma abordagem de ensino progressista.

Os cursos de formações de professores deveriam ser contidos em sua grade curriculares para garantir ao professor e equipe técnica pedagógica que proponha a participação de todos para uma melhor qualidade do ensino, juntamente por não se tratar apenas de um aluno em sala aula e sim, de uma extremidade que envolva a educação especial (FACÍON, 2008).

O desafio enfrentado por muitos professores é grande, e muitos desses, continuam despreparados para desenvolver estratégias para uma melhor forma de ensinar. No entanto, os alunos com necessidades especiais estão na escola, precisam que os professores encarem esse desafio de forma contribuinte para o aprendizado dos alunos em geral, para que haja avanços e as transformações aconteçam, proporcionando uma inclusão escolar possível (FRIAS; MENEZES, 2008).

3.7 FAMÍLIA E ESCOLA

Historicamente a família, continua sendo um sistema de vínculos afetivos em que se dá todo o processo da humanização do indivíduo. Num ambiente familiar estável e afetivo pode contribuir de forma positiva para o bom desempenho na vida de cada um dos membros. Um lar mal estruturado social e economicamente, tende a desfavorecer o desempenho social, educacional e emocional dos seus integrantes, em especial os das crianças (BRASIL, 1994).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a família é considerada a base da sociedade.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer,

à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária (ECA, 2015, p. 10).

O papel da família tem sido cada vez mais ressaltado, no sentido de ser parceira importante no processo de integração social e escolar da pessoa com deficiência. Os pais são os principais responsáveis associados na integração das necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deve-se competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam que seja dada aos seus filhos.

Conforme citado na Declaração de Salamanca, 1994.

Os pais são parceiros privilegiados no que diz respeito às necessidades educativas especiais dos seus filhos e, na medida do possível, deve-lhes ser dada a escolha sobre o tipo de resposta educativa que pretendem para eles (BRASIL, 1994).

Uma família tem a função contextualizada de dar a assistência aos seus membros isso ocorre nas sociedades em geral, a família sempre foi ainda é responsável pela proteção física, econômica e psicológica de seus membros, presta os cuidados que a família necessita aos seus membros tanto nas situações do dia-a-dia quanto nas situações que exigem maiores cuidados, e sempre proporcionando o melhor para uma vida familiar bem sucedida (BRASIL, 1994).

A família e a escola ainda são o alicerce da sociedade, pois são os principais agentes no desenvolvimento da criança. Apesar da existência de debate em torno do papel da família e da sua composição, ela permanece como o elemento chave na vida e desenvolvimento da criança (BRASIL, 1994).

A família é o meio social onde a criança recebe suas primeiras informações, seu conhecimento de mundo imediato. É ali que ela receberá suas primeiras experiências de vivência. Os pais são seus primeiros professores e a obra e mais importante função deles é a formação do seu caráter. Eles são exemplos para seus filhos. Seu caráter, sua vida e seus métodos de convivência demonstram o tipo de sociedade que teremos futuramente (CARVALHO, 2017, p. 25).

A participação dos pais é fundamental, pois os filhos se sentem seguros e valorizados no processo de inclusão, fase muito importante na vida dos inclusos e um desafio, onde irão conhecer um novo mundo. Os pais precisam participar da adaptação dos seus filhos no ambiente escolar, e de sua evolução, assim os filhos se sentirão mais seguros e apoiados neste processo estudantil. As famílias, escolas

e os profissionais precisam assumir seu papel no processo de inclusão e trabalhar juntos no processo de inclusão, pois a evolução da educação acontece na realidade quando todos adotam o altruísmo, sempre respeitando sua diversidade e suas individualidades (BRASIL, 1994).

O respeito à diversidade, prever um convívio justo e harmonioso com qualquer pessoa, promover uma integração efetiva entre as pessoas de diferentes classes, etnias e características físicas. “A diversidade existe entre todos os alunos e está presente em toda sala de aula regular, e incluem diferentes experiências familiares, diferentes ritmos de aprendizado, de estilos e de interesses” favorecendo o acesso escolar (ORSATI 2013, p.214).

O acesso escolar requer cuidados no espaço escolar, de forma ofereça segurança e bem estar para os alunos, ou, seja, conforto dentro e fora da sala de aula para facilitar a transição/locomoção dos alunos no espaço educacional, estimulando os alunos continuarem seus estudos, mais isso não quer dizer que a estrutura física adequada seja determinante para manter o educando na escola, para o alunos construírem sua aprendizagem necessitam de planejamento curricular para os alunos, podendo ser diferenciado, e equipe multidisciplinar deve tomar a decisão em conjunto (ORSATI, 2013).

Mantoan et al. (2010) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores para que possam desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno que os docentes a participem de cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades e preparar os professores para desenvolverem práticas docentes realmente inclusivas.

Nas palavras de Carvalho, (2004, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Portanto, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular se efetive e resgate sua cidadania, e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvidas, medidas essenciais, porém não suficientes (CARVALHO, 2004).

3.8 ESPAÇOS FÍSICOS

O espaço físico escolar é de crucial importância na efetivação, permanência e participação de pessoas com necessidades especiais nas escolas, pois auxilia e facilita locomoção no espaço escolar, ajudando na autonomia e autoestima da pessoa com necessidades especiais (ALMEIDA et al., 2015).

A acessibilidade é uma ferramenta indispensável para a inclusão escolar. Com certeza contribui na união alunos para desenvolver e estimular os alunos participarem das atividades escolares. O espaço físico precisa oferecer segurança e bem está a todos os alunos, eles precisam se sentir seguros e confortável no ambiente educacional para que possam continuar seus estudos (ALMEIDA et al., 2015).

A Política Nacional da Educação Especial trouxe grandes inovações. Uma dessas inovações foi o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como objetivo “identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade, eliminando as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas” (BRASIL; MEC, 2008).

Para tanto, as atividades desenvolvidas no AEE são diferenciadas daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutiva a escolarização, esse atendimento complementa a formação dos estudantes, ajudando na sua autonomia e independência. Assim como também o diário individual é importante no atendimento educacional especializado, pois tem como objetivo de organizar os trabalhos realizados com os alunos (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

Nesse contexto, Mantoan et al. (2010 p. 17) diz que:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementa ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizada,

de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado de sala de aula de recursos Multifuncional, sendo parte integrante do projeto da política pedagógica da escola.

A matrícula no AEE é condicionada a matriculam no ensino regular. Esse atendimento pode ser oferecido em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou privado, sem fins lucrativos. Tais centros, contudo, devem estar de acordo com as orientações da Políticas Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva e com as diretrizes Operacionais da Educação Especial, para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (MANTOAN et al., 2010).

O motivo principal do AEE a ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que sua necessidade educacional específica possam ser atendidas e discutidas no dia- dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e na educação especial (MANTOAN et al., 2010).

Segunda constituição da república federativa do Brasil no Art. 206 (2014);

[...] I–Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV–Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V–Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI–Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII–garantia de padrão de qualidade; VIII–piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

O AEE aproximar os alunos dos ambientes de formação comum a todos. Esta modalidade de ensino passa todos os níveis, em etapas com novas modalidades, através do atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orientando no processo de ensino e aprendizagem nas salas comuns do ensino regular. Os sistemas de ensino devem proporcionar uma experiência inclusiva e o desenvolvimento de seu aluno. Esse atendimento ajuda e ou acrescenta a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência e fora da escola. MEC (2008).

Para ser oferecer as melhores condições possíveis de inserção no processo educativo formal, o AEE preferencialmente e ofertado na mesma escola comum em

que os alunos estudam. Que isso se torne uma aproximação do ensino comum com a educação especial para que vá se constituindo na medida em que as necessidades de alguns alunos provocam a troca de experiências de ambos, na busca de condições favoráveis ao desempenho escolar desses alunos MEC (2008).

Aos professores comuns e os professores da Educação Especial ele precisam se envolver mais para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, que sempre compartilham seus trabalhos interdisciplinares e colaborativos (MEC, 2008).

O professor da sala de aula comum, a eles são atribuídos o ensino das áreas de seus conhecimentos, e já ao professor do AEE cabe a ele complementar a formação dos seus alunos com conhecimentos e recursos específicos que possam eliminar as barreiras que as quais impeçam ou limitam sua participação com autonomia e nas turmas comuns do ensino regular (MEC, 2008).

A oferta do atendimento educacional especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização:

- a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos;
- d. Professor para o exercício da docência do AEE;
- e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
- f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum. g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE. MEC (2008, p.3).

Por tanto Educação Especial são abertas para todos são articuladas como atividades desenvolvidas por professores, pelos coordenadores pedagógicos, supervisores e pelos gestores das escolas comuns, para o benefício dos alunos a melhoria e a qualidade do ensino (MEC, 2008).

4 METODOLOGIA

4.1 LOCAL DA PESQUISA

A escolha do local se deu pelo fato de ser uma escola pública de educação básica de ensino regular, localizada no município de Mazagão estado do Amapá. É uma escola urbana, mas que atende uma porcentagem considerável de alunos do campo, filhos de assentados, ribeirinhos, agricultores, e alunos que residem nos ramais e estradas do município. A escola fica situada na rua presidente Vargas S/N Bairro da Olaria, foi criada pela portaria nº 0463/89, inaugurada em agosto de 1989, pelo então governador Jorge nova da costa, e o prefeito municipal Manoel Raimundo Pureza da Fonseca.

Como primeiro diretor, o professor João Costa do Espírito Santo Neto, e atualmente está em sua direção à professora Elga Cristiane dos Santos Vinhas, com uma clientela de 568 alunos, distribuídos de 1º ano a 9º ano do ensino fundamental I e II.

4.2 PARTICIPANTES

A escolha dos participantes da pesquisa se deu a partir do conhecimento prévio de professores que possuíam em sala de aula portadores de necessidades especiais e que tivessem interesse em participar da pesquisa. Entre esses, estão cuidadores, corpo técnico e pedagógico da escola, diretora e a secretária da escola. No total foram selecionados 14 funcionários da escola para participarem da pesquisa. Os mesmos trabalham na instituição com Educação Especial. Dentre os selecionados, estão sete professores, que trabalham com Educação Especial, quatro pedagogos representando o corpo técnico da escola, a diretora e a secretaria, para representarem a escola Manoel Queiroz Benjamim.

A maioria dos participantes da pesquisa eram do sexo feminino. Sendo somente dois do sexo masculino.

Os sujeitos da pesquisa são aqueles que irão fornecer os dados sobre o tema ou objeto a ser estudado. São partes importantes, pois irão mencionar seus conhecimentos teóricos e empíricos (PIANA, 2009).

Para preservação da identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios para identificar a fala dos mesmos no decorrer do trabalho. Os nomes citados no texto são: Maria, Lúcia, Carlos e Lucas.

4.3 ASPECTO DA PESQUISA

O trabalho foi realizado através de uma pesquisa de campo, “que se caracteriza pelas investigações em que, além das pesquisas bibliográficas e/ ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009 apud FONSECA 2002).

Metodologicamente, foi utilizada uma abordagem qualitativa. “Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

“A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” WEDMAN (2014, P.6).

A pesquisa ocorreu em três momentos. O primeiro momento foi à visita na escola com a direção, esclarecendo o objetivo e a finalidade do trabalho, e em seguida apresentação de documento (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para que fosse lido e devidamente assinado pelos participantes da entrevista. No terceiro momento houve aplicação do questionário contendo 10(dez) questões abertas relacionadas à educação inclusiva.

4. 4 INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS

Os materiais utilizados na presente pesquisa para coleta de dados foram os seguintes:

- Documento de anuência da escola: elaborado e entregue às escolas documento solicitando a autorização da Direção;
- Termo de consentimento livre e esclarecido, que foi apresentado à direção e participantes da pesquisa, para ser assinado por eles, ficando claro terem recebido informação sobre o propósito do estudo e consentido em participar dele;

Questionário contendo;

- -05 Questões; direcionada para direção.
- -05 Questões; direcionada a secretária e equipe técnica pedagógica.
- -07 Questões; direcionada aos professores.

Para se obter o resultado de uma pesquisa é necessário usar meios ou instrumentos para obter informações que leve ao objetivo almejado, sempre sabendo utilizar os métodos mais adequados para a coleta de seus dados.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Os dados foram categorizados e analisados através da sintetização das respostas e leitura detalhada de todo o material transcrito para identificação de categorias de análise, conforme Bardin (2011). Para este autor a análise de dados é uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa. Desta maneira o termo análise de conteúdo descreve:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Assim, as informações organizadas levam a obtenção da resposta obtidas através da coleta de dados, sistematiza-las e organizá-las para poder mensurar o resultado da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos resultados alcançados nesta pesquisa, e de acordo com o total de participantes, quanto ao perfil dos mesmos, a maioria foi composta por pessoas do sexo feminino. Quanto à formação, estes possuem conforme informações do quadro 1.

Quadro 1 - informações obtidas através dos participantes da pesquisa

1-Formação	2-Tempo de atuação	3- Desafios enfrentado por funcionários quanto a Educação Inclusiva	4- Quantia de profissionais que trabalham no AEE. Se atende outras escolas	5- A escola recebe recursos financeiros voltados a Educação Inclusiva? (Exclusivo a diretora)
Pedagoga N= 5	6 meses – 1 ano N= 4	Falta de capacitação e apoio das famílias N = 4	Atende somente alunos da própria escola N= 4. Dois professores e dois cuidadores	Não N= 1
Pós-graduada em Ensino Infantil N= 3	Dois anos N= 2	Falta de materiais de apoio necessários N= 2		
Especialista em Educação Inclusiva N= 3	Vinte e nove anos N= 1	Falta de recursos N= 1		
Licenciatura em matemática N= 1				
Especialista em Docência do Ensino Superior N=1				

Magistério N= 2				
--------------------	--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Diante das respostas, observa-se que a direção da escola em questão não tem formação voltada para trabalhar com crianças com necessidades especiais, pois a mesma é licenciada em matemática e mesmo atuando somente seis meses na instituição já percebe as maiores dificuldades provocadas pela falta de recursos, e por esse motivo é necessário se adaptar com diversas situações.

Os repasses de recursos financeiros no que se refere à educação especial, no “âmbito da Constituição, no art. 213, ressalta a proposta para que sejam destinados recursos públicos às entidades da sociedade civil para atendimento às pessoas com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação” (FRANÇA, p. 272). Entretanto, a diretora Lúcia ressaltou que não recebe recursos financeiros voltados a Educação Inclusiva.

A secretária Maria já trabalha na escola a muitos anos conforme disse em sua fala: “já trabalho nessa instituição há 29 anos, e tenho pós-graduação em educação infantil, sendo meu maior desafio falta de preparação para trabalhar com os alunos portadores de necessidades especiais, pela falta de capacitação”.

É de grande relevância que a direção de uma escola assim como os professores possua em sua grade curricular formação voltada para a educação inclusiva para que a mesma possa ajudar e atender melhor alunos com necessidades especiais.

Em um ambiente escolar inclusivo, a direção precisa ter em mente que a escola é um ambiente voltado para todas as crianças incentivando os professores a ir em buscar de melhores práticas educacionais inclusivas (SILVA; SILVA L, 2009).

Neste caso, como a direção pode ajudar a melhorar o ensino inclusivo se a mesma não possui conhecimento sobre a área? Sendo que: “A boa gestão escolar depende do envolvimento cativo e criativo dos professores e auxiliares, como do desenvolvimento duma cooperação eficaz e dum trabalho de equipe, destinado a satisfazer as necessidades dos alunos”. Salamanca (1994 p. 28).

MARTINS, 2012, P. 36 relata que:

É importante que se entenda a escola como um lugar privilegiado de formação, como um espaço para discussão de questões que têm profunda correlação com a prática ali vivenciada e de busca de caminhos no tocante

à tomada de decisões relativas às condições de trabalho, à aprendizagem vivenciada pelos alunos sob sua responsabilidade.

O apoio da família também é fundamental no processo de inclusão, pois a criança se sente mais acolhida e ajuda a melhorar o seu pleno desenvolvimento. O papel da família é oferecer-lhe um lugar onde possam desenvolver-se com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. Quando isto acontece, se exige de cada membro familiar uma redefinição de papéis, cobrando-se deles mudanças de atitudes e novos estilos de vida.

Um dos desafios enfrentados pelo corpo técnico voltado para Educação Inclusiva é a falta de apoio da família como citado pela pedagoga. Lúcia: “a maior dificuldade é a participação da família e ferramentas para ter suporte como deveria”.

Para Hollerwegera e Catarina (2014) “a principal importância da influência da família reside no fato do lar e a vida familiar proporcionarem, através de seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao desenvolvimento da criança”.

Quando foi perguntado aos professores e a equipe técnica pedagógica, se a escola trabalha regularmente a formação continuada com o corpo docente para a educação inclusiva, os mesmos responderam que não, somente por meio de projetos. A formação continuada tem muito a oferecer nesse processo, porque ajuda o professor a melhorar cada vez mais suas práticas pedagógicas e com isso apoia os alunos na construção de conhecimentos, e não apenas acúmulo de informações França (2018).

Conforme Denari; Sigolo (2016) a falta de formação dos professores é considerada como um dos principais desafios enfrentados por eles. É um desafio que emerge na escola inclusiva referindo-se na questão da formação do professor. Nessa formação é que se definirão as concepções de escola, de ensino e de aprendizagem, as quais são necessárias para se garantir efetivamente, a implementação do modelo de escola inclusiva.

Os professores precisam participar sempre de cursos de formação continuada para adquirir competência para perceber as necessidades educacionais específicas do estudante a flexibilizar a ação pedagógica para ajudar os mesmos. Uma única disciplina nos cursos de formação docente que aborde a Educação Inclusiva, não dá conta da complexidade deste tema (RODRIGUES, 2006). Carlos

Em relação as perguntas voltadas somente para os professores, as respostas obtidas foram conforme o **quadro 2**.

Quadro 2 - informações obtidas pelos professores

2- Tempo de atuação como professor da rede pública.	3- Mudanças na prática de ensino através da implantação do Ensino Inclusivo.	4- Maior desafio enfrentado frente o trabalho com crianças deficientes	5 - Quantidade de alunos (as) em sala.	6- A escola e município proporcionam capacitação na área para o trabalho com crianças deficientes.	7- Avaliação do Espaço escolar da Escolar Manoel Queiroz Benjamim para Educação Inclusiva.
13-19 anos N=4 professores	Mudou totalmente através de adaptações N= 6 professores	Falta de qualificação na área: N= 3 professores	1 aluno N= 4 professores	Não N= 5 professores	Pequeno N= 5
21- 26 Anos N= 3 professores	Mudou radicalmente por não ter formação na área. N= 1	Falta de recursos e materiais adequados N= 3 professores	2 alunos N=2 professores	Somente por meio de projetos N= 2 professores	Regular N= 2
		Falta de conscientização da escola em geral para derrubar barreiras	6 alunos N= 1		

		atitudinais N=1 professor.			
--	--	----------------------------------	--	--	--

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os professores entrevistados atuam há muito tempo na rede pública de ensino, porém, a maioria não tem formação voltada para educação especial, tiveram que se adaptar com esta educação como disse o professor Lucas: “mudou radicalmente. Tenho que me virar em dois, já que não tenho apoio de recursos, de pessoal e qualificação”. Nesse sentido, os professores deveriam estar capacitados para receber estes alunos, pois essa área exige mudanças na prática de ensino docente. No entanto, o Estado e município não oferecem cursos de capacitação continuada conforme citado pelo professor Carlos: “para o meu conhecimento não. Trabalhamos com apoio próprio, buscando informações na internet, e se aprimorando para dá ensinamento melhor para nossos alunos”.

Os cursos de formação continuada são de fundamental importância para os professores, os quais deveriam participar destes tipos de cursos para estarem sempre se atualizando e para melhorar sua prática de ensino em sala de aula.

Assim:

O professor de Ensino Fundamental de escolas comuns deveria estar devidamente instrumentalizado para indicar pontos positivos e outros que deveriam ser melhorados, através de uma avaliação pedagógica eficaz e responsável (DENARI; SIGOLO 2016, P. 26).

Os maiores desafios que os professores enfrentam para trabalhar com pessoas com necessidades especiais é a falta de qualificação associado a falta de materiais adequados para atender cada tipo de deficiência. Diante desses desafios é importante que as escolas procurem se adaptar para se tornar um ambiente propício para Educação Inclusiva, pois é importante debater sobre os avanços e os desafios que os professores enfrentam na escola diante das pessoas com necessidades especiais (SILVA, 2011).

A quantidade de alunos em sala de aula também influencia no ensino dos alunos com necessidades especiais, pois além de muitos professores não estarem preparados para receber estes alunos, eles também terão que possuir técnicas para atender uma quantidade de alunos a mais em sala de aula.

Neste sentido, o espaço físico escolar também é importante, uma vez que ajuda a garantir o acesso e a permanência de todos os alunos dentro e fora da sala de aula, garantindo a autonomia e segurança dos portadores de necessidades especiais contribuindo na participação de todos nas atividades escolares. No entanto, muitas escolas ainda se encontram com condições de falta de acessibilidade precária (LOPES; CAPELLINI, 2015).

Desta maneira:

A palavra acessibilidade é definida na legislação brasileira como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei Federal no 10.098 de 19/12/2000 ainda define a pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo (HAZARD; GALVÃO FILHO; REZENDE, 2007, p.20).

6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, foi concluído que a maioria dos docentes da Escola Estadual Manoel Queiroz Benjamim não possuem formação voltada para educação especial, assim como, o ambiente escolar não oferece espaço físico e estrutural adequado para o aluno portador de necessidades especiais.

A escola também não oferece metodologia específica para cada tipo de necessidade especial. Os professores precisam adequar ferramentas para que os alunos portadores de necessidades especiais sejam atendidos, pois também não tem materiais didáticos adequados para eles.

A escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. O princípio fundamental da política educacional é que o sistema regular de ensino deve atender a diversidade do aluno, incluindo todos que se encontram excluído.

A inclusão deve ser um motivo que impulse o aprimoramento da capacitação profissional dos professores em serviços da qualidade da do ensino aprendizagem. Que faz-se necessário uma preparação prévia dos professores, e que haja redução de números de alunos por turma em salas superlotadas. Os professores necessitam estruturas físicas adequadas e o apoio especializados para desenvolverem suas atividades no ensino regular.

O apoio e o acompanhamento permanente dos pais contribuirão no desenvolvimento do educando e conscientiza com a comunidade em geral sobre a problemática da inclusão em classe regular.

Mesmo com o respaldo legal, observa-se que o sistema educacional ainda não está estruturado para um serviço educacional totalmente especializado, para pessoas portadoras de necessidades educativas, principalmente no sistema público de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. G. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**. Editora, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Paullus, 2011.
- BARRETTA, E. M; CANAN, S. R. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais. **IX AMPED SUL**, 2012.
- BRASIL. Lei Nº 4.024/61. **Câmara dos deputados**, Brasília, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/fed/lei>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1990.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca/pdf.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação Básica**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legal. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BRASIL, MEC. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRANDÃO, R. B. A.; BRANDÃO, M. B. A. A construção de uma Prática Inclusiva na Educação Infantil: Do dizer ao fazer. **III CONEDU**. Natal/RN. 2016.
- CAPELLINI, V.L. M.F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Educação Inclusiva: Fundamentos históricos, conceituais e legais**. Coleção práticas educacionais inclusivas. UNESP-FC. Bauru/2012.

CASTILHO, E. W. V. **O papel da escola para a educação inclusiva.** In LIVIANU, R., coord. Justiça, cidadania e democracia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 108- 119. ISBN 978-85-7982-013-7.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlances e desenlances. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

DENARI, F. E; SIGOLO. S. R. R. L. **Formação de professores em direção a educação inclusiva no Brasil.** 2016.

DUBOC, O. M. J. A formação do professor e a inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. **Revista Educação Especial**, n 26, 2005.

CARVALHO, A. S. **Educação inclusiva: práticas docentes frente à deficiência auditiva.** Faculdade Anhanguera, Guarulhos, 2017.

DOMICIANO. et al. **Educação Inclusiva: amparo legal e desafios na atualidade.** 2011.

ECA: **Estatuto da criança e do adolescente** /Equipe Eureka. 1. Ed. - São Paulo, 2015.

FACÍON, J. R. et al. **inclusão escolar e suas implicações.** 2 Ed.- Curitiba: Ibpex, 2018.

FONSECA-JANES, C. R. X; BRITO, M. C; JANES, R. **Educação Inclusiva em Questão: Aspectos Teóricos e Abordagem Multidisciplinar.** 2012.

FROEDE, C. G. M. Ações afirmativas e acessibilidade como instrumentos de efetivação do princípio da igualdade para as pessoas com deficiência. Belo Horizonte, **Dissertação** 180 p. 2013.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular.** PDE, FAFIPA, p. 1462-8, 2008.

FRIAS, E. Maria A; MENEZES, M. C. B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular.** 2008. Acesso em: 26 mai. 2016.

FRANÇA, G. M. O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb. **Educar em revista**, n. 58, 2015.

FRANÇA, L. **Formação continuada e a sua importância para manter o corpo docente atualizado,** 2018. Disponível em: <https://www.somospar.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2019.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Contidian Escolar**. 7letras, 2007.

GOFFMAN, E. E. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro. **Guanabara**, 1988.

HAZARD, D; GALVÃO FILHO, T. A; REZENDE, A.L. A. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros**. 2007.

HOLLERWEGER, S.; CATARINA, M. B. S. A importância da família na aprendizagem da criança especial. **Revista de Educação IDEAU**, v. 9, n. 19, p. 1-12, 2012.

LOPES, J. F; CAPELLINI, V. L. M. F. Escola Inclusiva: um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os alunos com e sem deficiência. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 20, n. 42, 2015.

MANTOAN, M. T. E. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2010.

MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, p. 19-32, 2012.

MARQUES, L. P; MARCONDES. M.E. R. S. **Retratos e pinturas da Formação continuada de Professores em educação inclusiva e especial no Brasil**. Formação de professores para educação em contexto de diversidade 1Ed.Uberlandia, 2018.

MEC. Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista da Educação Especial**. Entrevista Fernando Haddad, ministro da Educação. 2008.

MENDES. E.G. A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de educação**, v.11, n.33, p. 387- 405,2016.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, p. 80-93, 2011.

MENDES, E. G.; **Inclusão Marco Zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MEDEIROS. A.C.C. **Inclusão escolar: um novo olhar sobre o aluno incluído em uma escola municipal de SÃO JOÃO D´ALIANÇA – GO**. Brasília, 2015.

MRECH, L.M. O que é educação inclusiva. **Revista integração**, v.10, n.20, p.37-40, 1998.

MILANEZ, S. G. Costa; OLIVEIRA, A. A. S. **O Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual: a política, as concepções e a avaliação.** Atendimento educacional, p. 13. 2013.

MOREIRA, A. F. B; KRAMER, S. Contemporaneidade, educação e tecnologia. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1037-1057, 2007.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** São Paulo: Artmed, 2003.

ONU. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Adotada e Proclamada pela Resolução 217 (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

ORSATI, F. T. **Acomodações, modificações e práticas efetivas para a sala de aula inclusiva.** Temas sobre Desenvolvimento, v. 19, n. 107, p. 213-22, 2013.

PESSOTI, I. **Deficiência mental: da superstição à Ciência.** São Paulo: TA Queiroz, 1984.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 233, 2009.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** Grupo Editorial Summus, 2006.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais.** Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Espanha, 1994.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial.** Universidade de Murcia Espanha. 2005.

SILVA, C. L.; SILVA L. M. I. O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 3, p. 494-511, 2009.

SILVA, M. O. E. Educação Inclusiva: um novo paradigma de Escola. **Revista Lusófona de Educação**, n. 19, p. 119-134, 2011.

SILVA. A. C. R. **Educação por competências.** Paco Editorial, 2012.

SILVA. L.C. **Retratos e pinturas da formação continuada de Professores em educação inclusiva e especial no Brasil: Formação docente e o plano de ações articuladas (par); desafios e implantações na região triangulo mineiro para educação inclusiva, 1Ed.Uberlandia, 2018.**

SILVA, V. R. G.; COSTA, E. **Inclusão**: Deficiência Mental ou Intelectual e o Uso dos Jogos. 2012.

TEIXEIRA, J; NUNES, L. **Avaliação Inclusiva**: a diversidade reconhecida e valorizada. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

TOLEDO, S. W; COSTA, S. R. R. **Ensino na diversidade**: Estratégias para a Formação Continuada para Docentes das Carreiras do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior com vistas a Inclusão Educacional. Simpósio de Excelência e Gestão Tecnologia. Rio de Janeiro, 2016.

UZÊDA, S.; GALVÃO. N. **Educação especial**. Salvador, UNIFACS, 2013.

VASCONCELOS, F. D. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de salvador, Bahia. **Revista brasileira de saúde**. Vol. 35. São Paulo, 2010.

VIGNON, L.; SALIBA, M. Guia do educador: teorias pedagógicas: educação infantil. 1ªEd. São Paulo. **Eureka**, 2015.

VIANA. M. Sou educador: ensino fundamental I/ 1ed. – São Paulo: **Eureka**, 2015.

_____. Sou educador: ensino fundamental II. 1ªEd. São Paulo. **Eureka**, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AO (A) DIRETOR (A)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
Trabalho de Conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo:
Ciências Agrárias e Ciências da Natureza, com ênfase em Agronomia e
Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus Mazagão*.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Senhores colaboradores, em virtude do encerramento do nosso curso e efetivação de nosso TCC, pedimos a vossa colaboração para a realização deste trabalho, respondendo algumas perguntas para o enriquecimento de nossa obra. Desde já agradecemos a participação, ressaltando que sua identidade ficará em anonimato.

Título: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO E SUA EFETIVAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL MANOEL QUEIROZ BENJAMIM

DIRETOR(A)

1 QUAL SUA FORMAÇÃO?

2 QUANTO TEMPO ATUA COMO GESTOR (A) NA ESCOLA PÚBLICA?

3 QUAL (IS) OS DESAFIOS EM GESTIONAR UMA ESCOLA PÚBLICA?

4 QUE DESAFIOS VOCÊ ATRIBUI PARA GESTIONAR UMA ESCOLA PUBLICA INCLUSIVA?

5 A INSTITUIÇÃO RECEBE ALGUM RECURSO FINANCEIRO DESTINADO Á EDUCAÇÃO INCLUSIVA? SE SIM, QUAL (IS)?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AOS (AS)
PROFESSORES (AS)

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Senhores colaboradores, em virtude do encerramento do nosso curso e efetivação de nosso TCC, pedimos a vossa colaboração para a realização deste trabalho, respondendo algumas perguntas para o enriquecimento de nossa obra. Desde já agradecemos a participação, ressaltando que sua identidade ficará em anonimato.

Título: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO E SUA EFETIVAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL MANOEL QUEIROZ BENJAMIM

PROFESSORES

1 QUAL SUA FORMAÇÃO?

2 QUANTO TEMPO ATUA COMO PROFESSOR NA REDE PÚBLICA?

3 COM A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO INCLUSIVO O QUE MUDOU EM SUA PRÁTICA DE ENSINO? _____

4 QUAL O MAIOR DESAFIO QUE VOCÊ SE DEPARA FRENTE O TRABALHO COM CRIANÇAS DEFICIENTES?

5 QUANTOS ALUNOS (AS) VC TRABALHA EM SALA DE AULA E QUAIS AS ÁREAS QUE ABRANGEM A EDUCAÇÃO ESPECIAL?

6 A ESCOLA E O MUNICÍPIO PROPORCIONA CAPACITAÇÃO NA ÁREA PARA O TRABALHO COM CRIANÇAS DEFICIENTES INTERDISCIPLINANDO OS SABERES COM OS DEMAIS ALUNOS NAS SALAS REGULARES?

7 COMO VC AVALIA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESPAÇO ESCOLAR MANOEL QUEIROZ BENJAMIM?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO A EQUIPE TÉCNICA
PEDAGÓGICA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Senhores colaboradores, em virtude do encerramento do nosso curso e efetivação de nosso TCC, pedimos a vossa colaboração para a realização deste trabalho, respondendo algumas perguntas para o enriquecimento de nossa obra. Desde já agradecemos a participação, ressaltando que sua identidade ficará em anonimato.

Título: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO E SUA EFETIVAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL MANOEL QUEIROZ BENJAMIM

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

1 QUAL SUA FORMAÇÃO?

2 QUANTO TEMPO TRABALHA NESTA INSTITUIÇÃO DE ENSINO?

3 QUAL (IS) O MAIOR (ES) DESAFIO (OS) QUE O CORPO TÉCNICO ENCONTRA PARA IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE FATO NA ESCOLA MANOEL QUEIROZ? _____

4 O ATENDIEMNTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DISPÕE DE QUANTOS PROFISSIONAIS PARA O TRABALHO COM OS DOCENTES DAS SALAS REGULARES E SE ATENDE ALUNOS COM DEFICIENCIA DE OUTRAS ESCOLAS?

5 A ESCOLA TRABALHA REGULARMENTE FORMAÇÃO CONTINUA COM O CORPO DOCENTE PARA O TRABALHO COM O ENSINO INCLUSIVO? JUSTIFIQUE _____
